

# A nova política e os jovens políticos-influenciadores

» CATHARINA VALE

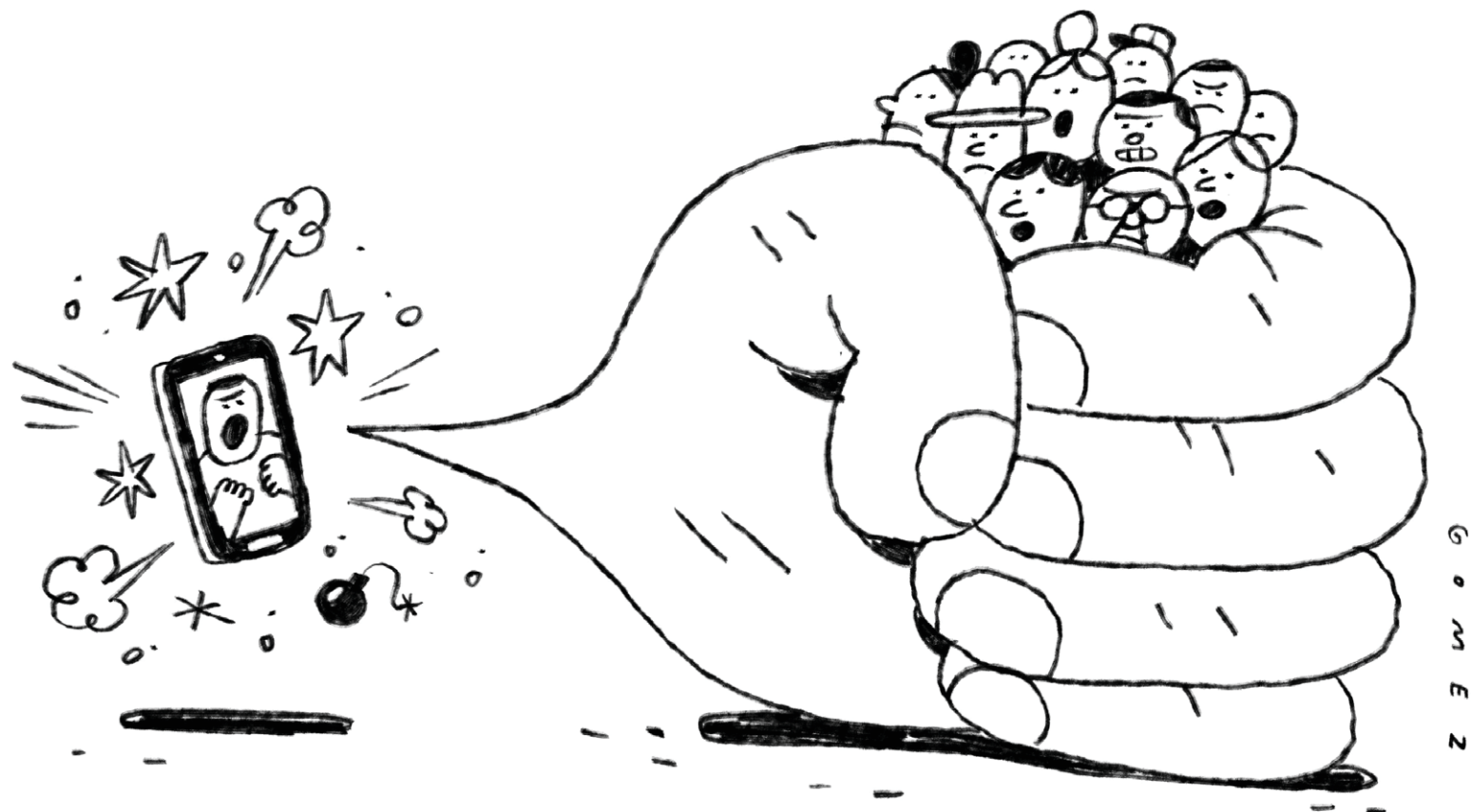
Doutora em comunicação pela Universidade Católica Portuguesa, mestra em educação intercultural pela Universidade Livre de Berlim, pesquisa comportamentos on-line e digitais e política



Uma alta taxa de abstenção geral marcou esse primeiro turno, e um olhar mais atento aos números por faixa etária mostra diferentes comportamentos entre jovens. A abstenção de 20% entre jovens de 16 e 17 anos chama atenção num cenário em que mais de 21% do eleitorado não compareceu às urnas — a maior taxa desde 1998, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como o voto é facultativo nessa faixa etária, o dado oferece um ponto de partida para refletir sobre como os jovens estão vivendo a política hoje. Em 2024, os eleitores de 16 anos tiveram a menor taxa de abstenção, 8,6%. Os recortes são diferentes, mas chama atenção a oscilação, e, para ajudar a compreender por que isso ocorre, é preciso ouvir os jovens. Entre 2012 e 2024, observa-se uma tendência agregada de aumento da abstenção nas faixas etárias de 21 a 34 anos, embora com oscilações entre as eleições. Ainda que os dados do TSE, por si só, não permitam identificar as causas desse aumento, pesquisas qualitativas ajudam-nos a compreender como os jovens percebem e vivenciam a política, com foco nos políticos-influenciadores e com a

hiperconectividade evidenciando o isolamento. Nas campanhas políticas nas redes sociais, pela terceira vez confirmaram-se tendências verificadas em outros pleitos e que produzem efeitos na sociedade. Ganha destaque o aprofundamento das bolhas, e as estratégias de polarização política, social e afetiva permanecem calcificadas, um processo cuja gênese está em 2013, reduzindo a possibilidade de debate e ampliando a sensação de exaustão. Parte dessa dinâmica está na espetacularização e na personalização da política, que tende apenas a alimentar vieses, por meio dos chamados cortes virais, em detrimento ao debate de propostas. Assim, a geração de jovens em 2026, nativos digitais, tem como marca a conexão individualizada, microssegmentada e personalizada oferecida pelas dinâmicas das redes sociais. A nova geração política deixa claro seu total comprometimento com esse novo e atual cenário — os eleitores e os políticos que aprenderam como a estratégia funciona. A exaustão consolida-se como marca dessas gerações, assim como a tendência das relações intermediadas pelas plataformas e algoritmos. Pelas redes sociais, a entrega de visões fragmentadas — recortes da vida — permitem o consumo de pautas, ideais e estilos de vida que não dialogam com a visão do mundo de quem, às vezes, pode estar sentado ao lado. É fato que a eleição presidencial terá o segundo turno, porém os resultados no Legislativo até o momento servem de pistas para o futuro. Ao cruzarmos os dados da juventude com os deputados federais mais votados, compreendemos que a expressão dos votos e das redes são potências difíceis de desconsiderar.

Entre os 10 deputados e deputadas mais votadas, sete têm menos de 34 anos, são todos jovens, nascidos após o fim da ditadura no Brasil. A mais nova tem 21 anos, Ana Elisa (PT), e a mais velha, com 41, é Julia Zanatta (PL). Essa composição reflete a polarização marcante e, em comum, uma forte presença on-line, alguns com perfis com mais “seguidores” que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os 10 deputados federais mais votados do país, dois foram do Movimento Brasil Livre (MBL), criado em 2014 e que teve forte atuação no impeachment de Dilma Rousseff (PT) por meio de mobilização digital. Os números dos deputados federais mais votados em São Paulo igualmente alinham-se com a polarização e a tendência de influenciadores e políticos: Lucas Pavanato (PL), 28, foi o deputado mais votado de São Paulo e tem 5,4 milhões de seguidores no Instagram; e Erika Hilton (PSol), 33, a deputada mais votada no estado, tem 5,2 milhões. Essa radiografia do primeiro turno mostra como a nova política está habituada às redes e plataformas sociais e suas bolhas segmentadas. Em três semanas, não haverá tempo para a construção de pontes entre os polos, será necessário adentrar neles por meio dos influenciadores-políticos. Há ainda um equilíbrio entre as forças polarizadas entre os 10 mais votados, há partidos tradicionalmente da esquerda e da extrema-direita e mais ao centro, porém é necessário acompanhar de perto o comportamento dos influenciadores-políticos e como o eleitorado seguirá se engajando para compreender o que virá a partir dessa nova forma de fazer política.



## Nova Câmara: federações ainda maquiam diminuição real do número de legendas

» VINÍCIUS TEJADAS

Doutorando em ciência política no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB)



» ADRIÁN ALBALA

Professor adjunto do Ipol/UnB, coordenador do Observatório do Congresso e do Núcleo de Estudo do Bicameralismo, ambos da UnB

Finalizada a contabilização dos votos em todo o Brasil, somos finalmente apresentados à nova composição da Câmara dos Deputados — desta vez, entretanto, mais enxuta do que em tempos passados. Tendo como ponto de partida as reformas constitucionais de 2017, que retomaram no Brasil a figura da cláusula de desempenho — comumente chamada de cláusula de barreira —, nesta eleição o Brasil registra, pelo segundo pleito seguido, redução na fragmentação partidária. Na ciência política, utilizamos o Número Efetivo de Partidos (NEP), índice proposto por Laakso e Taagepera (1979), para medir a quantidade de legendas “relevantes” em um sistema partidário. O NEP é calculado em três passos: 1) convertendo o número de cadeiras de cada partido em proporção; 2) elevando essas proporções ao quadrado e somando os resultados; 3) dividindo 1 pela soma da etapa 2. Sistemas com um NEP elevado (maior número de legendas efetivas) tendem a ter um maior número de atores com capacidade de veto, aumentando a complexidade das negociações por

governabilidade e distribuição de cargos e posições nas legislaturas. Por outro lado, sistemas partidários com NEP menor exigem coalizões menores, por vezes ideologicamente mais coesas, e facilitam a compreensão do sistema partidário pelo eleitor. Por muitos anos, o Brasil foi um notório caso de hiperfragmentação partidária: em 2018, por exemplo, o país chegou ao ápice de uma trajetória ascendente iniciada em 2002, com incríveis 16,7 partidos efetivos — ou seja, com o poder parlamentar tão fragmentado que quase duas dezenas de partidos compartilhavam o poder entre si, sem grandes partidos que pudessem orientar ou protagonizar a organização do Legislativo. O problema era tamanho que, em 2017, uma bem-vinda reforma tentou racionalizar o sistema brasileiro, impondo requisitos mínimos de representatividade parlamentar e eleitoral para que os partidos pudessem acessar recursos do fundo partidário e participar das propagandas gratuitas na rádio e na televisão. A partir de então, o sistema partidário se organizou em três frentes: a partir da migração de parlamentares eleitos por partidos que não superaram a cláusula para legendas que a tivessem superado; a partir de fusões e incorporações entre os partidos existentes; e com a costura de federações partidárias, que mantêm a identidade dos partidos federados, mas os contabiliza como uma só entidade política. Quase 10 anos após a entrada em vigor da reforma, novamente temos uma redução na fragmentação partidária da Câmara dos Deputados. Das urnas, em 2022, emergiram 9,9 partidos efetivos, a maior redução desde a redemocratização. Em 2026, o NEP chegou a 8,8, próximo ao patamar que existia em 2002, no início da trajetória ascendente. Se considerarmos, ainda, as federações que disputaram as eleições deste

ano, chegamos a um Número Efetivo de Partidos ainda menor: 7,2. O NEP considerando as federações partidárias, entretanto, pode nos enganar. Na sua origem, em 2021, as federações partidárias foram concebidas na expectativa de que servissem para sustentar pequenas legendas que, sozinhas, seriam sufocadas pela nova cláusula de desempenho — já que as bancadas federadas seriam consideradas como uma só, havia a soma dos seus votos e parlamentares para a aferição dos requisitos da cláusula. Apesar de exigir a atuação conjunta durante os quatro anos da Legislatura, entretanto, as legendas federadas seguem como partidos com marca própria e bancadas identificáveis. Desse modo, apesar de haver, de fato, redução na fragmentação partidária, ela não é tão real quanto as federações nos levam a crer: os partidos seguem lá, juntos, mas separados. Com os patamares da cláusula de desempenho crescendo a cada eleição, é de se esperar que ao menos seis legendas precisem rediscutir seus futuros após as eleições deste ano. PDT, Avante e as federações compostas por PRD e Solidariedade e por PSol e Rede não ultrapassaram as exigências legais e precisarão empreender novas federações, fusões ou incorporações para acessar os recursos partidários. Esse é, precisamente, o principal mecanismo da cláusula de desempenho para gerar redução na fragmentação partidária: o sufocamento financeiro e de exposição das legendas menores acaba concentrando nos grandes partidos bancadas cada vez maiores, seja pela via eleitoral, seja pela migração partidária em direção aos partidos com acesso a recursos caros aos parlamentares. Podemos esperar, portanto, novas reduções na fragmentação partidária brasileira nos anos por vir. Contudo, será que é o fim dos partidos nanicos?

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## O país está num ponto de inflexão

A discussão sobre a reforma do Estado no Brasil não é nova. No entanto, poucas vezes ela se mostrou tão urgente quanto agora. Em meio a um cenário de estagnação econômica, descrédito institucional e crescente insatisfação social, a leitura de que o país vive um “ponto de inflexão” institucional ecoa em diferentes setores da sociedade. Isso ocorre especialmente entre aqueles que percebem que o modelo estatal concebido pela Constituição de 1988 já não responde com a agilidade e a eficiência que o país demanda.

### Arrecadação

O ponto de partida dessa leitura é simples e incômodo. Atualmente, o Brasil arrecada como país rico, mas entrega como país que ainda não resolveu seus problemas básicos. De acordo com dados recentes do Tesouro Nacional, a carga tributária no país ronda 33,07% do PIB — ou seja, cerca de um terço da produção nacional. Esse patamar é perfeitamente comparável ao de economias envolvidas da OCDE.

### Sem contrapartida

Por outro lado, o cidadão paga por saúde, educação, segurança e infraestrutura que raramente chegam com a qualidade proporcional ao que se cobra. O crescimento econômico, por sua vez, oscila em voos curtos. Dessa forma, ele é sempre interrompido por crises fiscais, instabilidade regulatória ou disputas entre os Poderes. Para os defensores da reforma, essa situação não representa mera coincidência de conjuntura. Em vez disso, é sintoma direto de um desenho institucional que concentra decisões, dilui responsabilidades e premia a manutenção do próprio aparato.

### Desgaste

A atualidade dessa crítica salta aos olhos quando se observa a rotina recente da vida pública. O presidencialismo de coalizão dependia de uma engrenagem delicada de cargos e emendas para sustentar maiorias. Contudo, esse sistema mostra sinais claros de desgaste. Por exemplo, o Executivo negocia cada votação em condições cada vez mais onerosas. Além disso, o Congresso ampliou seu controle sobre fatias do orçamento sem que a prestação de contas acompanhasse esse poder.

### Impactos

Ao mesmo tempo, o Judiciário, em especial a Suprema Corte, ocupa espaço crescente na arbitragem de questões políticas e administrativas. Em consequência disso, alimenta-se a percepção de que as fronteiras entre os Poderes se tornaram nebulosas. Pouco importa, para esse debate, de que lado se está em cada disputa específica. O dado relevante é que a confiança nas instituições, medida por pesquisas como Datafolha e Ipec ao longo dos anos, permanece em níveis baixos. Por conseguinte, uma democracia que não é acreditada por seus cidadãos torna-se uma democracia vulnerável.

### Burocracia

A própria complexidade do sistema tributário brasileiro ilustra esse ponto com clareza. Especialistas de todos os espectros apontam esse fator como um dos maiores entraves à produtividade nacional. Segundo dados históricos do relatório Doing Business, do Banco Mundial, empresas no Brasil gastavam cerca de 1,5 mil horas por ano apenas para apurar e pagar tributos.

### Os pilares

Reduzir a máquina pública, simplificar o sistema tributário e abrir espaço para a iniciativa privada são medidas fundamentais. Além disso, garantir previsibilidade às regras que regem contratos e investimentos destravaria um potencial de crescimento sufocado pela burocracia.

### Contrários

Há, é claro, quem discorde dessa abordagem, e a honestidade intelectual exige registrar essas visões. Há também os que sustentam que a descentralização fiscal, sem mecanismos adequados de compensação, pode aprofundar disparidades entre regiões ricas e pobres. Apontam que alterar o sistema de governo não resolve, por si só, vícios da cultura política. Por fim, argumentam que propostas de forte teor reformista, quando conduzidas sem amplo consenso, podem aumentar a instabilidade política.

### Risco da inércia

Cabe à sociedade, ao Congresso Nacional e à imprensa examinar essas propostas com rigor técnico. Cabe aceitar o que resistir ao escrutínio racional e descartar o que não resistir. O ponto de inflexão está posto. O que a nação fará dele é uma decisão que pertence exclusivamente aos brasileiros.

### A frase que foi pronunciada:

“O Brasil vive um ponto de inflexão institucional em que o modelo de 1988 já não responde com a agilidade necessária.”

Luiz Philippe de Orléans e Bragança

### História de Brasília

A pena de tudo isto é, ainda, porque Claudionor Machado é ex-pracinha, tem medalha de campanha, e o presidente do Iapb não hesitou em jogá-lo na rua. É uma injustiça que o ministro da Guerra bem poderia corrigir em despacho ao presidente da República. Há decreto amparando os ex-combatentes. (Publicada em 26/5/1962)